

Sociologia Antroposófica: um olhar sobre os fundamentos sociológicos em Rudolf Steiner

Yuri Rodrigues da Cunha*

*Sociólogo, historiador e pedagogo. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista-UNESP (2020); Professor de História das Religiões (Ensino Religioso livre) na Escola Waldorf João Guimarães Rosa. E-mail: cunhayr@gmail.com

Resumo

O presente artigo expõe os resultados de uma pesquisa teórica que teve como objetivo, responder o questionamento: há, no pensamento de Rudolf Steiner, evidências e condições suficientes para ser identificada uma Sociologia Antroposófica? A hipótese que balizou essas reflexões apontava que sim, haveria um fundamento sociológico em Steiner. Este deveria ser identificado ao longo de suas obras, observando, ainda, como é possível estabelecer um diálogo entre Steiner e os aspectos essenciais da Sociologia. Desta maneira, recorreu-se, metodologicamente, a uma análise da Sociologia, de seu fundamento e dos aspectos teórico-metodológicos presentes na formulação de cada um de seus autores fundantes, Comte, Durkheim, Marx e Weber. Assim, apresentadas as premissas, métodos e objetivos desses autores, analisou-se como estas estariam presentes no pensamento de Steiner, para confirmar ou não a hipótese aqui postulada. Argumentou-se que o fundamento último da Sociologia consiste na busca da compreensão da relação sujeito e sociedade na modernidade capitalista e as contradições que dela emergem. Com isso, cada autor propôs, como se verificou, respostas capazes de balizar as ações dos indivíduos, visando superar as contradições identificadas. Essas concepções também se mostravam presentes no pensamento de Steiner, que dizia, ainda, que a questão social só poderia ser bem desenvolvida se levasse em consideração os aspectos da Ciência Espiritual. Conclui-se, assim, que, por meio da análise teórica aqui empreendida, há validade em ser postulada uma Sociologia Antroposófica a partir do pensamento de Steiner. Assim, compreende-se que também pode ser inaugurada uma nova fronteira para a compreensão da própria Antroposofia.

Palavras-chave: sociologia; sociologia antroposófica; Steiner.

Abstract

This article presents the results of a theoretical research that aimed to answer the question: is there in Rudolf Steiner's thought, evidence and conditions sufficient to identify an Anthroposophical Sociology? The hypothesis that guided these reflections, pointed out that yes, there would be a sociological foundation in Steiner. This should be identified throughout his works, noting how it is possible to establish a dialogue between Steiner and the essential aspects of sociology. Thus, methodologically, we resorted to an analysis of Sociology, its foundation and theoretical-methodological aspects, present in the formulation of each of its founding authors, Comte, Durkheim, Marx and Weber. Thus, having presented the premises, methods and objectives of these authors, it was analyzed whether they would be present in Steiner's thought, to confirm or not the hypothesis postulated here. It was argued that the ultimate foundation of sociology consists in the search for understanding the relationship between subject and society in capitalist modernity, and the contradictions that emerge from these, with this, each author proposed, as it was verified, answers capable of guiding the actions of individuals aiming to overcome the identified contradictions. These conceptions were also present in Steiner's thought, who also said that the social issue could only be well developed if it took into account the aspects of Spiritual Science. It is thus concluded that, through the theoretical analysis undertaken here, there is validity in postulating an Anthroposophical Sociology based on Steiner's thought. Thus, it is understood that a new frontier for the understanding of Anthroposophy itself can also be inaugurated.

Keywords: sociology; anthroposophical sociology; Steiner.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo apresentar bases teóricas que demonstrem a licitude para a formulação de um “pensamento sociológico de Steiner”, ou, simplesmente, uma “sociologia antropológica”. Têm-se como intenção, ao escrever este artigo, iniciar um campo de reflexões sociológicas a partir do pensamento de Steiner, bem como demonstrar que as questões sociais são centrais, conforme é entendido aqui, para o desenvolvimento do pensamento antropológico. Desta maneira, acredita-se que, com essas reflexões iniciais, apresentar-se-á uma “sociologia antropológica” que permite o desenvolvimento de um olhar mais holístico para as questões sociais contemporâneas e para as tarefas de seu tempo.

Certo de que o pensamento antropológico se consolidou no Brasil, em especial no âmbito pedagógico, entende-se que há campos pouco explorados e que podem ser muito úteis, tanto para alargar a compreensão da própria Antroposofia, como também do pensamento de Steiner. Isso poderia implicar, por sua vez, o oferecimento de ferramentas analíticas capazes favorecer a compreensão e a atuação na realidade social à luz do conhecimento antropológico. Por isso mesmo, com este artigo, deseja-se dar um passo em direção à construção de uma “Sociologia Antropológica”.

Como salienta Steiner, “a Antroposofia não quer afastar o homem da realidade e conduzi-lo a um mundo irreal, imaginário; pelo contrário, quer procurar uma maneira de conhecimento à qual se abra, de fato, o mundo real” (STEINER, 1994, p. 15).

Para que este artigo esteja coerente com o pensamento antropológico, toda a reflexão aqui apresentada observará as premissas do que Steiner denominou de “Ciência Espiritual”, embora parta justamente dos autores fundantes da Sociologia “materialista e científica”, isto é, do pensamento de Augusto Comte, Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber. Recorreu-se a esses autores com o intuito de apresentar os problemas presentes para o surgimento deste novo campo científico, como também demonstrar que há, em Steiner, pontos de

contato com tais autores, permitindo que se postulem aqui as bases para um pensamento sociológico antropológico.

Desta maneira, é preciso pensar em conceitos agudos e centrais para a Sociologia, caso se pretenda, como fez Steiner em sua teoria do conhecimento, demonstrar a validade de uma “Sociologia Antropológica”. Todavia, é preciso atravessar conceitos necessários, preparando o caminho para, em seguida, utilizar esses mesmos conceitos em uma trilha limpa e pura, portanto, para isso, é necessário paciência (STEINER, 1994).

1. Fundamentos da Sociologia Científica

A Sociologia é datada de fins do século XIX e tinha como objetivos iniciais compreender, explicar e propor soluções para as contradições resultantes do processo de transformação econômica, política, social e cultural que redundavam no capitalismo. A Revolução Industrial alterou a maneira como o ser humano se relacionava com o trabalho, inaugurando o industrialismo. Com a Revolução Francesa, no âmbito político, assistiu-se ao fim do Absolutismo na Europa Central. Ambos os processos foram permeados por mudanças sociais e culturais, revelados por um pensamento social desencantado, científico, iluminista e secularizado, representando uma nova mentalidade humana. Era um novo patamar alcançado pela confiança humana em si mesma, pois, se nos períodos históricos anteriores o conhecimento da realidade social baseava-se em premissas teológicas, na nova ordem social capitalista, a compreensão do mundo deveria ser desencantada¹.

Tais transformações impactaram diretamente na produção e na reprodução da vida humana, isto é, criou-se o moderno proletariado oriundo da divisão entre capital e trabalho, cujo elemento decisivo é marcado pela exploração do trabalho². Houve, também, uma rápida

¹ O que se chama, neste artigo, de desencantamento está vinculado à concepção apresentada por Max Weber sobre o processo de racionalização ocidental.

² É importante destacar que o conceito de exploração do trabalho não é visto como juízo de valor, mas, tão somente, como o desdobramento da separação entre capital e trabalho e disto resulta que o proletariado passa a vender sua força de trabalho nas indústrias nascentes e recebe, como salário, parte do valor produzido por este, enquanto parte maior de sua produção é apropriada privadamente pelo capitalista. Esta é uma formulação sintética observada por Karl Marx em seus estudos.

urbanização e um crescimento populacional vertiginoso nos espaços urbanos, que geraram contradições, como novas doenças, alcoolismo, banditismo, suicídios etc.³ Por outro lado, houve um célere desenvolvimento tecnológico e novos hábitos de consumo e de movimentos artísticos. Fica evidente, nesse processo, tanto um pessimismo, quanto um otimismo em relação às novas condições sociais.

É ponto pacífico, no campo científico da Sociologia, que tais contradições foram decisivas para o nascimento desta. Além disso, é também consenso, dentre os estudiosos da Sociologia, que há, pelo menos, quatro autores considerados formadores da nova ciência: Augusto Comte, Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber.

De acordo com Theodor Adorno (2008), a Sociologia originou-se da filosofia de Comte e ganhou força a partir do pensamento de Marx, na reflexão sobre as bases produtivas. Com Durkheim, por sua vez, Adorno (2008) argumentou que os fatos sociais transcendem os fatos sensoriais singulares, tornando-se um objeto social a ser estudado. Por fim, ainda na avaliação de Adorno (2008), Weber acertou ao afirmar que o interesse da Sociologia residiria no ser humano individual.

Ainda no mesmo bojo de Adorno, outro importante intelectual, Michael Löwy⁴, aponta para as três correntes – positivismo (Comte e Durkheim); marxismo (Marx) e historicismo (Weber) – como elementos fundantes e basilares do processo de conhecimento científico das Ciências Sociais.

Desta maneira, ficam evidente as razões da opção de selecionar Comte, Durkheim, Marx e Weber como os fundantes da Sociologia, reconhecendo, ainda, que o campo sociológico não fica circunscrito a esses autores.

O filósofo Auguste Comte (1798 - 1857) é considerado um dos fundadores da Sociologia, ao buscar formular as bases para um pensamento científico sobre as relações sociais e a sociedade e, também, propor formas de intervenção e de atuação para superar contradições. As formulações de Comte receberam grande influência do pensamento

³ Para esse processo, ver: BRESCIANI (1992); ENGELS (2010); PERROT (2009).

⁴ Diretor de pesquisas do *Centre National de la Recherche Scientifique* de Paris.

do também filósofo francês, Condorcet (1743 - 1794), em especial a obra: *Esboço de um quadro histórico do progresso do espírito humano*, cuja tese consistia em que as descobertas da ciência e da tecnologia desempenharam papel preponderante para o ser humano caminhar para uma era de organização racional nos âmbitos sociais e políticos.

Imbuído desse impulso, Comte formulou a concepção na qual a Sociologia deveria ser a ciência que compreenderia e transformaria a sociedade à luz da razão científica. O aspecto central de seu pensamento consiste na compreensão de que a sociedade só poderia ser convenientemente reorganizada por meio de uma completa reforma intelectual do ser humano (COMTE, 1978b). Portanto, seria necessário, segundo Comte, fornecer aos seres humanos novos hábitos de pensar de acordo com as ciências de seu tempo.

Para isso, Comte argumentava que a Sociologia deveria ser vista como uma física social, isto é, que os fenômenos sociais deveriam ser considerados com o mesmo espírito que os fenômenos astronômicos, físicos, químicos e fisiológicos, submetidos a leis naturais e invariáveis que deveriam ser descobertas⁵.

Por se tratar de uma construção científica, essa nova ciência deveria, segundo Comte, possuir objetos e métodos específicos. Assim, caberia à física social explicar, com o máximo de precisão possível, o movimento geral do desenvolvimento da espécie humana considerando seus aspectos essenciais, ou seja, descobrir os encadeamentos necessários das transformações sucessivas que levaram o ser humano, das primeiras formas sociais à Europa “civilizada” (COMTE, 1978a).

⁵ A reflexão proposta por Comte, na qual a ciência social deveria se utilizar dos instrumentos metodológicos das ciências naturais para compreender os elementos sociais, uma vez que estes teriam critérios válidos e objetivos, é compreendida de maneira crítica por Steiner, sobretudo quando formula as concepções sobre o pensamento inorgânico e orgânico a partir da cosmovisão de Goethe. De acordo com Steiner, a ciência orgânica, que se preocupa com o mundo vivo, deveria ter um procedimento próprio, diferente das ciências inorgânicas, e indo além, que o próprio mundo orgânico deveria ser visto de maneira diferente, pois a compreensão sobre o ser humano e suas relações perpassa outros critérios que não podem ser abarcados e observados da mesma maneira como se compreende o reino vegetal, por exemplo. Para essa discussão mais detalhada, ver Steiner (1984 e 2008).

Do ponto de vista metodológico, os fatos sociais deveriam ser vistos como coisas, isto é, ao sociólogo caberia uma isenção e certa neutralidade frente aos fenômenos sociais, sendo ainda necessário ao pesquisador estabelecer relações mútuas, apreendendo qual a influência que cada ser humano exerce sobre o conjunto do desenvolvimento humano. De tal modo que os resultados dessa observação geral deveriam ser o ponto de partida positivo, pois, segundo Comte, desta maneira seria possível, por meio da previsão científica, descobrir e instituir formas práticas com o objetivo de evitar crises, reformando as instituições que regulam todas as ações sociais (COMTE, 1978a).

Assim como Auguste Comte, seu conterrâneo Émile Durkheim (1858 - 1917) partia dos mesmos pressupostos positivistas. Se por um lado Comte é considerado como fundador da Sociologia, coube a Durkheim aprimorá-la⁶, alçando-a a um patamar científico, delimitando melhor seus objetos e métodos, bem como criando e ministrando cursos de sociologia em universidades francesas⁷.

Para oferecer um recorte mais preciso ao objeto de estudo da Sociologia, Durkheim delimita-o como “fato social”. Segundo o autor, o fato social deveria ser visto como uma realidade independente e preexistente que atua sobre o indivíduo. Ele é coercitivo, exterior e geral. Por isso, a observação deste permitiria ao pesquisador estabelecer leis necessárias para a compreensão social, isentando o pesquisador de suas pré-noções e paixões. Em razão de o fato social ser visto como um fenômeno objetivo, ele poderia ser visto por meio de um distanciamento do pesquisador, garantindo, assim, sua neutralidade, de maneira semelhante, por exemplo, ao físico, que observa e descreve um

⁶ Ao falar de aprimoramento da Sociologia, compreende-se que não se trata apenas de concordância de Durkheim com as premissas comteanas, mas de críticas estruturais, como por exemplo, na crítica à teoria dos três estágios de Comte (1978a), que era, na perspectiva do filósofo, uma espécie de linha evolutiva societária, embora cada sociedade estivesse em um dado estágio. Para Durkheim (2007), cada sociedade deveria ser analisada por si mesma, pois são particulares, nascendo, desenvolvendo e morrendo de maneiras independentes umas das outras. Essa perspectiva de Durkheim, por exemplo, vai ser fundamental para o desenvolvimento científico da Antropologia.

⁷ De 1887 a 1902, lecionou a disciplina Sociologia na *Faculté de Lettres de Bourdeaux* e, de 1902 até sua morte, na *Sorbonne*.

determinado fenômeno da mecânica. Nesse sentido, a Sociologia deveria permitir um olhar para a realidade social que fosse capaz de descrevê-la e classificá-la, segundo critérios neutros e objetivos, pois, desta maneira, seria possível atuar sobre essa realidade, ainda do mesmo ponto de vista científico (DURKHEIM, 2007).

Além do objeto de estudo da sociologia, Durkheim também aperfeiçoa o método inaugurado por Comte. Ao se utilizar de um método comparativo, o sociólogo, na perspectiva de Durkheim (2007), se isentaria de suas concepções de mundo, evitando, assim, realizar análises ideológicas para desenvolver uma correta ciência da realidade. Inspirado pelas ciências naturais, caberia ao pesquisador descartar todas suas pré-noções como fator de se livrar do subjetivismo, fixando-se apenas nos dados sensíveis e objetivos, como elementos isolados e independentes de sua vontade individual⁸.

O que Durkheim buscava com suas formulações, além de um critério de verdade científico-sociológica, era oferecer remédios às anomias sociais, que oriundas do âmbito econômico, incidiam nas esferas jurídicas e morais (DURKHEIM, 1999). Desta maneira, a intenção do autor remete-se à busca em descobrir leis morais nos fenômenos sociais, expressas como o fato social.

Com isso, o remédio para sanar a anomia social partia da necessidade do desenvolvimento de uma solidariedade. Solidariedade que deveria ser científica, resultante dos elos criados entre os seres humanos com a divisão social do trabalho. Esta, por sua vez, gerava um sistema de direitos e deveres ligando os sujeitos uns aos outros, em uma sociedade complexa e multifacetada, onde os sujeitos possuem os mais diversos valores morais individuais.

⁸ Se as premissas científico-sociológicas propostas por Comte podem ser contrapostas à visão de Steiner, em Durkheim também pode ser vista a mesma diferenciação, isto porque Durkheim aponta para uma realidade dos fenômenos sociais que independe das vontades dos sujeitos, todavia, para Steiner, não seria possível o desenvolvimento científico, de compreensão dos fenômenos com o distanciamento da dualidade sujeito x objeto, mas o contrário. Dito de outra maneira, esse “objetivismo” materialista vulgar do pensamento da sociologia positivista é visto de maneira crítica por Steiner.

Assim, conclui Durkheim (1999), apenas a divisão do trabalho poderia oferecer uma base para o desenvolvimento de uma moral científica e positivista, capaz de oferecer respostas às contradições geradas pela própria modernidade. Era como se, na visão de Durkheim, a própria modernidade capitalista, por meio da divisão social do trabalho, teria condições de desenvolver uma tessitura moral e científica, que permitiria entre os seres humanos, o estabelecimento de laços de solidariedade, uma vez que eles perceberiam suas ligações com outros seres humanos, indistintamente de seus valores (DURKHEIM, 1999).

Pode ser dito que essa é a visão fundamental também para uma moral positivista. Os seres humanos se reconhecem como semelhantes e dependentes uns dos outros, por meio do reconhecimento racional e sociológico, de que ele não é um ser autossuficiente e depende do trabalho do outro, independente dos valores morais particulares de ambos os sujeitos.

O que é perceptível até aqui é a forma como os positivistas, Comte e Durkheim, formularam os métodos para o desenvolvimento da sociologia como uma ciência e quais seriam os objetivos dela. Por isso mesmo, a tarefa última da sociologia deveria ser oferecer respostas às crises e contradições geradas pelo desenvolvimento capitalista, não visando a uma superação, mas a uma correção dos problemas delas decorrentes.

De maneira diametralmente oposta, Karl Marx (1818 - 1883), outro autor para o campo sociológico, formulou importante contribuição para o desenvolvimento de um pensamento social crítico, embora não se considerasse um sociólogo como os anteriores. Por isso, é necessário compreender seus fundamentos, sobretudo em razão do objetivo deste artigo, que é apresentar os fundamentos para um pensamento sociológico de Steiner.

Dentre as formulações políticas e filosóficas de Marx, destaca-se, aqui, a contribuição do autor para compreensão da realidade material e social como resultado das ações dos próprios seres humanos, na medida em que estes também são produtos da própria natureza. Essa é a base do fundamento dialético e metodológico de Marx, denominado de materialismo histórico (MARX, 2011), cuja finalidade consistia na

transformação das bases materiais e sociais, por meio de um processo revolucionário levado a cabo pelo proletariado⁹.

Na concepção marxiana, o ponto de partida para a compreensão da realidade social deveria se basear no trabalho em sua dimensão ontológica, ou seja, o trabalho como elemento fundamental e determinante na constituição dos seres sociais. Se por um lado o trabalho é o elemento fundante e que humaniza o ser humano, por outro, no modo de produção capitalista, ele resulta na alienação e estranhamento, como desdobramento das formas de exploração do trabalho cujo fundamento último é a extração da mais-valia, que inverte seu fundamento ontológico, ou seja, desumaniza o ser humano (MARX, 2010, 2011, 2013).

Com isso, um dos pilares da sociologia marxiana está em desvelar as relações de exploração na lógica capitalista, demonstrando que os aspectos essenciais destas estão escondidos sob a aparência da realidade objetiva. Isto é, na lógica capitalista de dominação de classe, a subjetividade humana também se constrói e é construída neste tipo de relação de exploração. Esse fenômeno Marx denominou de ideologia (MARX; ENGELS, 2007).

O que o referido autor postula é o contrário das premissas positivistas, não há separação possível dos mundos objetivos e subjetivos, resultando dessa interação dialética a própria realidade histórica, portanto, o próprio cientista é um sujeito que traz em si os valores de uma dada classe social e seu conhecimento deveria servir a uma práxis.

Dentro do paradigma marxiano, a sociedade capitalista deve ser superada, uma vez que aliena o ser humano da *natureza*, isto é, de sua relação com o mundo sensível exterior e objetos da natureza. Aliena, também, de *si mesmo*, na medida em que é separado de sua própria atividade, de seu trabalho. Aliena de seu *ser genérico*, que significa aquilo que lhe torna ser humano e social, de sua capacidade subjetiva, gerando

⁹ Na perspectiva de Karl Marx, o moderno proletariado continha em si a chave para a libertação das condições de exploração e opressão no modo de produção capitalista, seja pelas próprias condições de contradições internas ao capital, quanto por serem uma força social que nada teria a perder, a não ser seus próprios grilhões (MARX; ENGELS, 2005).

o grau mais alto de alienação, que é a alienação *de outros seres humanos* (MARX, 2010), resultando, portanto, numa completa desumanização.

Com isso, o trabalho sob a perspectiva marxiana, é condição fundamental para compreensão do ser humano e tudo que está ao seu entorno. É o trabalho que é produtor da cultura e das relações sociais¹⁰ e, por meio do próprio trabalho e dos desenvolvimentos de todas as potencialidades deste, que o ser humano poderia ser livre e emancipado.

Por fim, o último autor e não menos importante para consolidação da Sociologia, é Max Weber (1864 - 1920). Este, tal como Comte e Durkheim, dedicou-se, especificamente, à Sociologia como disciplina científica, ainda que as bases teórico-metodológicas sejam opostas.

Em realidade, Weber dialoga diretamente com o pensamento positivista, tecendo críticas a este. Segundo Weber (2002), a Sociologia deveria se preocupar mais com as ações e seus sentidos para os sujeitos. Desta maneira, delimitou o objeto sociológico, por excelência, a ação social, e esta deveria revelar, por meio dos sentidos atribuídos, os nexos causais entre as ações. Por isso mesmo, sua concepção sociológica foi denominada de *sociologia compreensiva*.

De maneira distinta dos autores anteriores, a preocupação maior de Weber é com os comportamentos individuais e não com o social. Nesse sentido, o autor defende a tese na qual a Sociologia deveria observar e buscar, nas condutas humanas subjetivamente elaboradas, as respostas para as questões sociais da modernidade. Por suas premissas, o agente social dá sentido à sua ação e estabelece conexões entre as motivações e a ação em si, de si e dos outros.

Com isso, a ação social revelaria as intencionalidades dos sujeitos, suas motivações, e vontades, nas condutas individuais, que carregavam consigo sentido de um caráter social da ação individual, ou seja, a reciprocidade das ações¹¹. Isto é, a maneira como o sujeito age não é

¹⁰ Para Steiner, o trabalho também possui posição de destaque em sua obra. Pode ser dito, inclusive, que ocupa posição central, conforme é demonstrável no decurso histórico da Pedagogia Waldorf, como por exemplo, com o papel dos trabalhos manuais, como condição vital e pulsante do currículo e da formação humana.

¹¹ Para Steiner, essa relação individual é de suma importância, sobretudo porque os indivíduos possuem impulsos sociais e antissociais e, destes impulsos, quando bem trabalhados, poderiam gerar uma outra forma de organização social.

baseada apenas em seus desejos, mas essas ações são atravessadas por racionalidades, que levam em consideração o sentido que o outro atribui e espera de sua ação. Desta forma, cria-se, socialmente, um sentido das ações individuais (WEBER, 2001, 2002, 2004).

Quando Weber aponta para a ação social como o objeto do sociólogo, isso traz consigo outras dificuldades, sobretudo na dimensão metodológica, porque o recorte realizado pelo pesquisador é sempre limitado, ao mesmo tempo em que não seria possível falar de uma isenção ou neutralidade do pesquisador, como Durkheim argumentou. Weber entende que o pesquisador é um sujeito sempre motivado por seus interesses, mas isso não significa que não seria possível manter alguma objetividade.

Segundo Weber (2001), o cientista deveria desenvolver uma “neutralidade axiológica”, ou seja, uma neutralidade valorativa, pois as ciências sociais deveriam mover-se no mundo factual e não no mundo dos valores e ideais, mesmo que o objeto da sociologia era o sentido da ação social, que parece intrinsecamente subjetivo. Por isso, a ciência deveria criar sentidos entre o racional e o irracional, ou seja, compreender a inteligível conduta humana.

O que se observa, dentro da perspectiva weberiana, é o papel central dos indivíduos para a Sociologia, e mais do que isso, como também os elementos simbólicos e valores individuais podem proporcionar profundas transformações sociais, como o autor demonstrou em sua clássica obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (WEBER, 2004). De acordo com Weber (2004), foram as transformações e as motivações subjetivas proporcionadas pelo advento do protestantismo, seus valores e uma disciplina ascética que modificaram o *éthos* dos sujeitos, e essa mudança de mentalidade é que criou as condições ideais para o advento do capitalismo moderno.

A título de síntese, além das premissas da Sociologia, foi demonstrado que, ainda que cada autor desenvolva caminhos particulares, todos eles se preocupam com o mesmo fenômeno, a modernidade capitalista e suas contradições. De certa maneira, para Steiner, essa preocupação aparece quando o autor se dedica à “Questão Social”.

Portanto, deve ser evidenciado, agora, como muitos dos pensamentos e reflexões desenvolvidas por Steiner proporcionam condições legítimas para anuir sobre uma Sociologia Antroposófica, ou um pensamento sociológico em Rudolf Steiner.

1.1 O balanço da Sociologia e os pontos de contato com Steiner

Conforme visto até aqui, a Sociologia foi o resultado de buscas por respostas às contradições desdobradas da modernidade capitalista e, mesmo com as divergências teórico-metodológicas dos autores fundantes, é possível estabelecer um *corpus* científico sociológico. Pode-se argumentar que a Sociologia possui, como premissas, a busca em desvendar e compreender as “leis sociais” a partir da relação de polaridade, indivíduo e sociedade.

Com isso, os fundamentos de uma sociologia científica apontam para a busca da compreensão de certas leis que estão presentes nas relações sociais e seus dispositivos estruturantes e estruturados, analisando sobremaneira, as bases materiais que constituem uma determinada sociedade. Ao compreender as contradições que emergem do modo de produção capitalista, a Sociologia poderia oferecer respostas, de maneira genérica, para buscar superar as crises e contradições geradas pela modernidade¹².

Rudolf Steiner, como um pensador de seu tempo, também se preocupou com a questão social, dedicou parte de seus escritos e palestras sobre o tema. Sua intenção, conforme se argumenta aqui, era igualmente oferecer respostas às contradições já citadas e, por isso, pode ser observado que, ao longo das obras de Steiner, há uma preocupação constante com a questão social e a dimensão prática da vida¹³. Em razão disso, propõe-se, aqui, um olhar sociológico para o pensamento social de Steiner, compreendendo-o como uma “Sociologia Antroposófica”.

¹² O que implica, por sua vez, reconhecer que, para cada corrente sociológica, o *lócus* privilegiado é a coletividade ou o indivíduo.

¹³ Adota-se aqui a seguinte periodização do pensamento de Rudolf Steiner: 1) fase antroposófica goetheanística (1884 - 1901); 2) fase teosófica-blavatskiana (1902 - 1912); 3) fase antroposófica steineriana (1912 - 1925).

Para sustentar o argumento proposto, recorreu-se a obras de Steiner cuja principal temática é a *questão social*. Dentre elas, estão: *Economia e sociedade* [dois artigos escritos para a revista alemã *Lucifer-Gnosis* de 1905 e 1906] (STEINER, 2015); *Os pontos centrais da questão social: aspectos econômicos, políticos-jurídicos e espirituais da vida em sociedade* [livro publicado em abril de 1919] (STEINER, 2011); *Três palestras sobre Pedagogia Popular* [três palestras proferidas em Stuttgart, de 11 de maio a 1º de junho de 1919] (STEINER, 2020); *A questão pedagógica como Questão Social* [seis conferências proferidas em Donarch, Suíça, de 9 a 17 de agosto de 1919] (STEINER, 2009) e *O futuro Social* [seis conferências proferidas em Zurique, de 24 a 30 de outubro de 1919] (STEINER, 1986).

Considera-se que, por meio destas obras, seja possível observar uma formulação e o desenvolvimento de um pensamento steineriano da “lei social” ou “questão social”. Recorreu-se a estas, compreendendo que elas possuem escritos de uma “fase intermediária”, de 1905, quando Steiner possuía 44 anos e as demais, de uma fase “madura”, quando ele viu os desdobramentos da I Guerra Mundial, com então 58 anos, em 1919.

A distância temporal e histórica entre as obras pode, por um lado, criar desafios para compreensão de uma linearidade no desenvolvimento do pensamento de Steiner, por outro lado, permite estabelecer pontos de continuidade que possibilitem sustentar a hipótese aqui defendida.

Em 1905-1906, Steiner, ainda que estivesse envolto numa fase teosófica-blavatskiana, tinha como preocupação desenvolver um pensamento antroposófico, isto é, amadurecer¹⁴ a perspectiva de uma ciência espiritual com visão e métodos próprios (STEINER, 2016). Em 1919, com o término da Primeira Guerra iniciada em 1914, o elemento fundamental para o movimento antroposófico, segundo Steiner (2016), era trabalhar com base na realidade, as necessidades anímicas de seus

¹⁴ Na primeira fase de seu pensamento, antroposófica goetheanística (1884 - 1901), já estavam presentes os fundamentos e os pressupostos que Steiner iria desenvolver ao longo de suas obras, marcando, conforme é aqui defendido, uma linha de continuidade de seu pensamento social.

membros (STEINER, 2016). Em meio a esse contexto e, para tentar sanar este ponto, Steiner publicou o livro *Os Pontos Centrais da Questão Social* (2011), passando, em seguida, a proferir palestras com essa temática.

Pode-se dizer que a intencionalidade de formular uma ciência espiritual antroposófica era apresentar outra forma de relação do ser humano consigo, com os outros e com o mundo. Steiner, em suas primeiras obras, apontava que uma epistemologia que partisse de pressupostos falhos levaria a uma distorcida compreensão do ser humano, o que, por sua vez, poderia conduzir a um caminho inimaginável.¹⁵ A eclosão da Guerra e de tudo o que ela representa demonstraria os limites desse pensamento materialista¹⁶.

Deve-se ter em mente que o que Steiner chama de Ciência Espiritual não é mero idealismo especulativo sem base na realidade, mas o contrário, o cerne do pensamento antroposófico vincula-se à dimensão prática e objetiva. Essa formulação deve ser compreendida como o resultado de um pensar voltado à realidade social humana, embora não estacione nos limites materiais e sociais, transcendendo para o âmbito espiritual, que, por mais paradoxal que pareça, retorna às exigências sociais.

O verdadeiro *fruto* da Ciência Espiritual [...] se mostra apenas quando o aspirante à Ciência Espiritual aborda as tarefas da vida prática. Trata-se, portanto, de saber se a Ciência Espiritual o ajuda a assumir essas tarefas com discernimento e, compreensivelmente, procurar os meios e caminhos para soluções (STEINER, 2015, p. 13).

Fica evidente que, em Steiner, há um pensamento social, isto é, uma forma de observar e propor modos de atuação na realidade. Essa

¹⁵ Aqui recorre-se, principalmente, à fase antroposófica goetheanística, conforme expressos nos primeiros seis G.As, e o principal elemento crítico visto nesses livros são os limites em que o pensamento materialista, representado pela perspectiva kantiana, e a saída estaria no sentido apontado pelo pensamento goethiano.

¹⁶ O que se chama aqui de pensamento materialista está embasado nas elaborações das obras de juventude de Steiner, que datam de fins dos anos 1880, quando desenvolveu pesquisas sobre o pensamento científico de Goethe (STEINER, GA 01, 02 e 03).

afirmação traz em si outro aspecto importante, pois, do ponto de vista sociológico, toda formulação leva em consideração crises e contradições de uma dada realidade social. Assim, todas as respostas às exigências sociais resultam, justamente, dos próprios limites intrínsecos das sociedades em que viviam. Com isso, por mais paradoxal que pareça, argumenta Steiner (2015, p. 13), “é justamente pelo fato de conduzir o espírito das almas suprassensíveis que a Ciência Espiritual aguça a compreensão relativa às exigências sociais”.

Se há, portanto, dentro da perspectiva antroposófica ou da Ciência Espiritual, um apontamento sobre as exigências sociais é, em suas obras de maturidade, que Steiner formulou, como é compreendido neste artigo, um pensamento sociológico antroposófico.

Assim como os autores arrolados, Steiner partiu de uma dada realidade social concreta e chegou ao sujeito social, histórica e espiritualmente localizado. Pode-se dizer que o referido autor, também ao observar o modo de produção capitalista, desenvolveu uma visão crítica, argumentando que este igualmente aliena e desumaniza os seres humanos, evidenciando todas as contradições sociais já observadas pelos fundadores da Sociologia, porém dá um passo adiante, ao levar em consideração o âmbito espiritual, compreendendo este não apenas em um sentido ideológico ou como produto das próprias relações sociais.

Em um ciclo de três palestras em Stuttgart, em 1919, Steiner apontou para os limites do modo de produção capitalista e de sua ordem social burguesa.

O ponto central que quero partir é: chamar-lhes a atenção de que está claramente perceptível *o modo como uma cultura, cujo representante foi a ordem social burguesa, entra em rápida decadência*; como por outro lado uma cultura se mostra em sua aurora, cujo representante hoje, como a partir de uma base muitas vezes não compreendida, é o proletariado (STEINER, 2020, p. 17-19).

O que Steiner está querendo chamar a atenção é que, sob a ordem social burguesa, há contradições que impedem que o ser humano desenvolva todas as suas potencialidades, sejam elas materiais ou

espirituais. Em sua visão, o proletariado não possui o mesmo sentido marxiano, mas representa uma força social, um impulso que deseja florescer. Se há uma visão crítica da ordem social, por outro lado, como uma polaridade que se complementa, essa perspectiva não deveria levar ou ser vista de maneira totalmente pessimista, uma vez que, nessa realidade, emergem forças sociais que devem ser bem cultivadas, para que sejam o ponto de partida para uma *cultura de futuro* (STEINER, 2020).

Pode-se compreender que essa cultura de futuro só se realizará, para Steiner, se os sujeitos adotarem uma ética social, na qual sejam espiritualmente livres, para assim organizarem as bases materiais de uma nova forma social.

Steiner, no livro *Os pontos centrais da questão social*, de 1919, apresentou as bases de um pensamento social voltado à vida prática, isto é, uma forma de organização da vida social baseada nos princípios ideais da *trimembração do organismo social*. De acordo com o autor, essa trimembração era composta dos aspectos econômicos, político-jurídicos e espirituais, e deveria ter como finalidade observar e elaborar respostas para os pontos centrais da questão social. Segundo Steiner, “a questão social é tratada como uma questão econômica, político-jurídica e espiritual” (STEINER, 2011, p. 29).

Desta maneira, reconhecer as questões particulares e a autonomia relativa de cada membro levaria ao pensamento correto, que seria capaz de atuar na vida social como uma espécie de práxis. Porém, deve ser destacado que a vida espiritual é, para Steiner, o primeiro aspecto da questão social. “Em primeiro lugar, a questão social é uma questão espiritual” (STEINER, 1986, p. 17). Portanto, não há como, na perspectiva de Steiner, abordar a questão social sem levar em consideração a vida espiritual, e esta deve ser compreendida como um impulso que leva a ações fraternas.

Conforme arrolado no campo sociológico, todo projeto de transformação da realidade parte, objetivamente, de observações críticas da realidade social e das estruturas sociais fundantes. Para Steiner, não é diferente,

A questão social articulada em três questões específicas. Mediante a primeira se indicará o

caráter da vida espiritual no organismo social; mediante a segunda deverá ser observada a relação de trabalho em sua correta integração na vida comunitária; e em terceiro lugar poderá ficar evidente como a vida econômica deve atuar nessa vida (STEINER, 2011, p. 50).

O que se evidencia com essa passagem é uma visão sociológica crítica ao modo de produção capitalista que, do ponto de vista espiritual, forma sujeitos egoístas, uma vez que “o capitalismo, se ele é capitalismo privado, não tem como atuar de outra maneira a não ser egoísta, pois sua essência consiste de atividades egoístas” (STEINER, 2020, p. 35).

O primeiro aspecto da vida espiritual não deve ser confundido e compreendido como uma espécie de ascese individual, mas uma perspectiva ética na qual os sujeitos percebem a si e aos outros como seres também espirituais e que estão em desenvolvimento. Desenvolvimento este que também passa pela melhoria das condições sociais e materiais, que permitiriam, dialeticamente, um desenvolvimento espiritual (STEINER, 1986). Seria, desta maneira, para Steiner, uma forma de ação fraterna e não egoísta.

Já no segundo âmbito, a relação do trabalho e sua integração na vida comunitária se vincula a uma perspectiva crítica e alienante que Steiner tem do trabalho na forma capitalista, a qual o cristaliza como mercadoria, esvaziando sua dimensão espiritual. De acordo com autor (2009), a ciência social observa três conceitos importantes para a estruturação da vida social: mercadoria, capital e trabalho. Se na lógica capitalista a mercadoria é vista como a principal forma de mediação da vida, uma vez que não vivemos sem o consumo de mercadorias¹⁷, estas, por sua vez, cristalizam-se como o trabalho mortificado e executado de maneira alienada quando o ser humano se torna apêndice do

¹⁷ A mercadoria sempre resulta do trabalho humano em interação com a natureza, que pode ser vista sob o olhar de duas formas de valores, valor de uso e valor de troca, sendo a primeira referente àquilo que está ligado à utilidade e sua necessidade social, ao passo que a segunda abstrai sua finalidade, tornando-se apenas um bem passível de ser vendido para geração de ganhos e lucros por meio da extração da mais-valia.

industrialismo. Por isso mesmo, “chegamos ao ponto culminante do efeito das máquinas em que um quarto daquilo que é produzido na terra não é produzido pela vontade humana, mas pelas máquinas. [...] A vontade humana não tem mais sentido para viver na terra” (STEINER, 2009, p. 41).

Seria apenas sob o âmbito espiritual que se permitiria que a vontade humana e toda a potencialidade desta de transformar a vida social possibilitaria que uma nova forma social percebesse a mercadoria como força de imaginativa, o trabalho como inspirativo e o capital como intuitivo (STEINER, 2009). Esses conceitos estão vinculados à perspectiva espiritual livre, baseada na concepção da Ciência Espiritual, que compreende a fraternidade como princípio que rege as trocas e interações sociais. A visão espiritual e fraterna seria, portanto, a antítese da forma egoísta, citada anteriormente.

Nesse sentido, a terceira perspectiva, a vida econômica, seria regida pelos aspectos de um processo vivo, pois, na mesma medida em que o trabalho, o capital e a mercadoria seriam resultados da atuação do ser humano, de maneira positiva, também seriam eles que os desumanizam (STEINER, 2018). O que é vivo pode se realizar das mais variadas maneiras e, em uma sociedade complexa, os trabalhos humanos estariam em uma completa interdependência, que deveria ser vista da perspectiva fraterna. Assim, a caotização da vida econômica e social esconde em si os elementos essenciais da dependência que os sujeitos individuais possuem entre si, bem como uma vida espiritual-cultural da nossa relação econômica (STEINER, 2011).

Os mesmos valores da vida econômica também incidiram sobre a vida política e a organização do Estado e, evidentemente, dos âmbitos jurídico-políticos, portanto, ao olhar para esses âmbitos do ponto de vista de uma lógica capitalista egoísta, o que é perceptível é a caotização derivada desse ambiente espiritual não livre.

Para Steiner, o âmbito político deveria estar regulado pelos mesmos elementos espirituais, pois, desta maneira, seria possível um exercício da igualdade, que só seria alcançada com autogestão, uma vez que, “no interior da estrutura estatal, a vida espiritual cresceu para a liberdade; ela não poderá viver adequadamente nessa liberdade se não lhe for concedida a plena autogestão” (STEINER, 2011, p. 17). Essa

autogestão está relacionada, para Steiner, com a capacidade do exercício pleno da liberdade, na qual os sujeitos percebem não apenas sua própria escolha, mas como isso impacta sobre o âmbito social, e não como normatização de deveres orientados pelo Estado.

Em uma correspondência, Steiner apontou para o elemento crítico a respeito do Estado, entendendo-o como o âmbito essencial do monopólio exclusivo da força e, mesmo numa ordem social democrática, os canhões, força e violência poderão ser utilizados. No limite, toda forma de organização do Estado e seu âmbito jurídico-político está assentado na força física, por um lado, e, por outro, na dimensão econômica que sustenta essa relação.

No entanto, os Estados atuais estão baseados na autoridade e na violência. [...] o Estado, sobretudo a social-democracia, quando tirar suas próprias consequências, fará soar seus canhões. O anarquista individualista sabe que os representantes da autoridade sempre recorrerão, em última instância, a medidas de força. Mas está convencido de que todo ato de força oprime a liberdade (STEINER, 2014, p. 25-26 tradução nossa).¹⁸

Com essa passagem, fica explícito que o Estado, sob a ótica de Steiner, atua de maneira a cercear a liberdade, que, mais uma vez além do âmbito econômico, impediria a liberdade espiritual, compreendida como fundamento da vida humana e social.

Portanto, a partir do que foi demonstrado até aqui, pode ser verificado que Steiner elaborou um complexo pensamento social, tomando como base as contradições da realidade social, tal como os fundadores da “sociologia científica”, e também busca oferecer respostas aos problemas que emergem da modernidade. Nesse sentido, é possível

¹⁸ *Sin embargo, los Estados actuales están basados en la autoridad y la violencia. [...] el Estado, cuando en extremo la socialdemocracia saque sus propias consecuencias, hará sonar sus cañones. El anarquista individualista sabe que los representantes de la autoridad siempre recurrirán, en último extremo, a medidas de fuerza. Pero está convencido de que todo acto de fuerza oprime la libertad (STEINER, 2014, p. 25-26).*

afirmar que há legitimidade em apontar para um pensamento sociológico de Steiner.

Diferente da sociologia materialista, o pensamento sociológico em Steiner estaria atravessado pelo campo espiritual, compreendendo-o para além de uma dimensão subjetiva ou ideológica, alcançando um campo com interseção na realidade objetiva. Por isso, é defendido aqui o argumento de que é lícito apontar para uma Sociologia Antroposófica.

Se é lícito, portanto, apontar que há uma base sociológica que pode ser identificada no pensamento filosófico de Rudolf Steiner, cabe, neste momento, apresentar, ainda que de maneira breve, os fundamentos da Antroposofia ou Ciência Espiritual, a qual procede ao estudo dos processos espirituais na vida humana e no universo (STEINER, 1994b).

É possível argumentar que a Antroposofia é uma ciência que ultrapassa os limites da “ciência comum”, uma vez que busca uma sabedoria – um conhecimento – do ser humano, compreendendo-o como parte integrante do cosmo¹⁹ e, assim, como parte de um mundo também suprassensível. “O conhecimento suprassensível não é simplesmente algo que atende a uma necessidade teórica: destina-se à verdadeira vida prática. É precisamente em virtude da forma característica da vida mental moderna que o conhecimento espiritual constitui um domínio cognitivo indispensável ao nosso tempo” (STEINER, 1994b, p. 17).

Nesta visão, o ser humano é compreendido de maneira trimembrada e quadrimembrada²⁰ e seria, desta maneira, uma forma de conhecer genuinamente o ser humano, bem como a dimensão

¹⁹ Essa é uma reflexão desenvolvida por Steiner ao longo de muitas de suas obras, podendo ser verificada, principalmente, em: *Teosofia, A Ciência Oculta, O Estudo Geral do Homem – A Arte da Educação- I; O ser humano como sinfonia das forças universais*. Em razão da profundidade do tema e do escopo do artigo, não será possível adentrar nos meandros dessa complexa cosmovisão, por enquanto faz-se suficiente apontar as suas premissas.

²⁰ Do ponto de vista trimembrado, o ser humano é visto como possuidor de três sistemas, cabeça, tronco e membros, pode ser também o pensar, sentir e querer, ou até a tríplice composição do corpo, alma e espírito, ao passo que a quadrimembração é vista nos corpos, físico, etérico, astral e eu.

espiritual. Essa avaliação de Steiner resulta, sobretudo, conforme compreendido aqui, das origens filosóficas de seu pensamento. De acordo com o referido autor (2004), “o conteúdo espiritual [corresponde] com o espírito humano individual, com as criações da cultura, da literatura, com as sucessivas convicções científicas, com as criações da arte. O elemento espiritual é captado pelo espírito” (STEINER, 2004, p. 99).

Esse conteúdo espiritual é, para Steiner, um grande campo a ser explorado, como um impulso humano, uma potencialidade a ser levada em consideração. Deve ser destacado que, em Steiner, esse mundo espiritual não deveria ser algo passível de uma contemplação, mas também de conhecimento: “conhecer o mundo espiritual para, segundo este conhecimento, determinar sua participação no mesmo” (STEINER, 2004, p. 100). Enfim, a partir, agora, do conhecimento da dimensão espiritual poderia ser observada a grande finalidade do pensamento humano, a liberdade.

Essa liberdade é compreendida por Steiner como o grande objetivo do ser humano, ao qual se chega pelo método da “autocompreensão”, ou do “autoconhecimento”. Isto porque o ser humano é um ser que se autodetermina e deveria fazer isso em liberdade. O ser humano deveria ser “côncio de que seu pensar, sentir e querer partem de seu “eu”. Toda atividade de nossa personalidade está ligada a esse centro do nosso ser” (STEINER, 2004, p. 104).

Para finalizar momentaneamente essa seção, cabe ainda destacar que a perspectiva antroposófica, como uma polaridade, busca demonstrar como os processos espirituais e objetivos da vida fazem parte de uma mesma totalidade. O ser humano individual também é parte da sociedade, e compreender a dimensão espiritual deste permitiria, na avaliação do autor, uma genuína forma de ação.

O homem não pertence apenas a si próprio; ele também pertence à sociedade. O que se revela não é apenas sua individualidade, mas também a da nacionalidade a que ele pertence. O que ele realiza se origina de sua força, mas também da força plena de seu povo. Com sua missão ele cumpre uma parte da missão de seu povo. O que importa é que seu lugar no âmbito de seu povo seja tal que ele possa fazer valer plenamente a potência de sua individualidade (STEINER, 2004, p. 104).

Portanto, com o que foi brevemente apresentado do olhar sociológico, da formulação sociológica de Steiner e de uma breve caracterização da antroposofia, a partir da compreensão desta como uma forma de atuação prática e objetiva, é possível dar mais um passo em direção às considerações finais, demonstrando a possibilidade de investigar a hipótese de uma sociologia antroposófica.

2. Por uma “Sociologia Antroposófica”

Pelo caminho aqui percorrido, cujo objetivo era demonstrar a licitude de um pensamento sociológico em Rudolf Steiner, verificou-se, a partir dos fundamentos teórico-metodológicos da Sociologia, a confirmação da hipótese para uma possibilidade de existência de “Sociologia Antroposófica”.

Na medida em que se desenvolveu como ciência, a Sociologia elaborou seu *corpus teórico* cuja busca era o fundamento último da relação do sujeito com a realidade objetiva por ele vivida. Assim, ao partirem da concreticidade do real, buscavam os sociólogos encontrar “leis sociais” fundamentais que regiam a sociedade capitalista, para, assim, poderem propor uma forma de atuação na própria realidade.

Os positivistas buscavam nos fatos sociais essas leis. A partir destas, seria possível compreender a forma de organização da sociedade capitalista, bem como oferecer respostas racionais e científicas para os problemas por eles observados. Nota-se que há um otimismo, no pensamento positivista, em relação ao método científico, tanto pelo contexto vivido por Comte e Durkheim, quanto pela forma de compreensão e atuação na própria realidade. No limite, buscavam elaborar uma moral científica que permitiria a sociedade moderna viver regida por premissas solidárias, uma solidariedade científica que daria coesão social superando as contradições e a anomia.

Ao mesmo tempo que evidencia um otimismo racional, ao buscar construir uma moral científica, também afirmam, implicitamente, que a realidade capitalista gerava problemas nos diversos campos – econômico, jurídico, político e social.

Essa visão crítica da realidade capitalista foi potencializada pelo pensamento marxiano, cuja premissa era uma completa e radical

transformação na forma de produção e de seus desdobramentos na reprodução da vida social. Dentro deste paradigma, os fundamentos últimos da contradição social capitalista reside na luta de classes, isto é, na contradição entre burguesia e proletariado, que expressa pela relação capital x trabalho a produção de uma desigualdade social resultante da apropriação privada do que é socialmente produzido. Dito de outra maneira, nesta forma de existência real e material, quanto mais riquezas produziam os trabalhadores, mais miseráveis ficavam (MARX, 2010).

A resposta, dentro desta perspectiva, portanto, também reside numa confiança da razão, que permitiria ao moderno proletariado uma identificação de si, por meio de sua classe social fundamental e, com isso, desenvolveria uma consciência que possibilitaria uma atuação na realidade social, que é, por sua vez, produto da própria ação humana.

Esses caminhos abertos por Durkheim e Marx permitiram a Weber buscar compreender os sentidos das ações dos indivíduos, se suas racionalidades advinham de um *éthos* econômico, ou se seriam atravessadas por outros valores. O que Weber identificou, privilegiando os indivíduos por meio de suas pesquisas, foi que a própria realidade social capitalista teve como impulso primordial uma mudança na mentalidade dos sujeitos com o surgimento de uma ética protestante.

Da perspectiva weberiana, os sentidos atribuídos pelos indivíduos às suas ações demonstrariam, além da própria condição de existência real, certas leis sociais, cuja preponderância está no próprio indivíduo e suas diversas racionalidades, sendo essas os elementos primordiais para a configuração de uma realidade social mais ampla.

Por meio do argumento aqui apresentado, considera-se que há um campo a ser explorado no pensamento de Rudolf Steiner a respeito da “sociologia antropológica”. Steiner, ao observar a realidade social, chamando-a de questão social, além de se preocupar com a produção e a reprodução da vida humana, apontava para outro paradigma não observado pelos autores anteriormente citados. Em Steiner, o fundamento para a ação estaria numa “outra” racionalidade, uma racionalidade intuitiva, cujo fundamento reside na ciência espiritual.

Com isso, o olhar para a realidade social não se encerra na dimensão espiritual, extramundana, como algo abstrato, mas retorna

como fundamento de uma ação prática e objetiva, capaz de atuar e transformar a própria realidade vivida.

Pelas premissas desenvolvidas pelo olhar de Steiner para a questão social, também se pode, em sentido profundo, falar de uma transformação revolucionária e radical²¹ da forma de organização da sociedade capitalista.

Portanto, verifica-se que o desenvolvimento de um olhar mais próximo para essa sociologia antroposófica faz-se necessário, pois a Antroposofia não quer afastar o ser humano da realidade, mas, ao contrário, quer procurar uma maneira de conhecimento a qual se abra, de fato, ao mundo real, que é também um mundo espiritual, como uma polaridade complementar. Desta maneira, com um novo campo que se abre, a sociologia antroposófica, é necessário, nesse momento, conforme o pensamento antroposófico, deixar essa reflexão ser digerida com paciência, ser levada para o sono, para voltar a acordar em outros estudos, ainda mais aprofundados, detalhados e sistematizados da Sociologia Antroposófica.

Referências

ADORNO, Theodor. *Introdução à Sociologia*. Trad. Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva*. Trad. José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978a. (Os pensadores)

_____. *Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo*. Trad. José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978b. (Os pensadores)

DURKHEIM, Émile. *Da divisão social do trabalho*. 2.ed. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

²¹ Radical cujo sentido é ir à raiz.

_____. *As regras do método sociológico*. 3.ed. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Trad. B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social*. São Paulo: Cortez, 1996.

LANZ, Rudolf. *Noções básicas de Antroposofia*. São Paulo: Antroposófica, 1988.

MARX, Karl. *Grundrisse – manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Trad. Mário Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O Capital: crítica da economia política (Livro I)*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Trad. Álvaro Pina. Org. Osvaldo Coggiola. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

ERROT, Michelle. *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Trad. Denise Bottmann, Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

STEINER, Rudolf. *A obra científica de Goethe*. Trad. Rudolf Lanz. São Paulo: Antroposófica, 1984.

_____. *O futuro Social*. Trad. Heinz Wilda. São Paulo: Antroposófica, 1986.

_____. *Matéria, forma e essência: o caminho cognitivo da Filosofia à Antroposofia*. Trad. Lavínia Viotti. São Paulo: Antroposófica, 1994.

_____. *Teosofia: introdução ao conhecimento suprassensível do mundo e do destino humano*. Trad. Daniel Brilhante de Brito. 4.ed. São Paulo: Antroposófica, 1994b.

_____. *O método cognitivo de Goethe: linhas básicas para uma gnosiologia da cosmovisão goetheana*. 2.ed. Trad. Bruno Callegaro, Jacira Cardoso. São Paulo: Antroposófica, 2008.

_____. *A questão pedagógica como questão social: fundamentos sociais, histórico-culturais e espirituais da pedagogia das Escolas Waldorf*. Trad. Luciano Jelen Filho. São Paulo: Antroposófica/Federação das Escolas Waldorf no Brasil, 2009.

_____. *Os pontos centrais da questão social: aspectos econômicos, políticos-jurídicos e espirituais da vida em sociedade*. Trad. Jacira Cardoso e Marco Bertalot-Bay. São Paulo: Antroposófica, 2011.

_____. *Ensayos de ética*. Trad. Pilar Hortelano. Villa Adelina: Antroposófica, 2014.

_____. *Economia e sociedade à luz da Ciência Espiritual*. 4.ed. Trad. Marco Bertalot. São Paulo: Antroposófica, 2015.

_____. *Minha vida: a narrativa autobiográfica do fundador da Antroposofia*. 2. ed. Trad. Rudolf Lanz, Bruno Callegaro e Jacira Cardoso. São Paulo: Antroposófica, 2016.

_____. *Economia viva: o mundo como organismo econômico único*. 4.ed. Trad. Heinz Wilda e Jacira Cardoso. São Paulo: Antroposófica, 2018.

_____. *Três palestras sobre Pedagogia Popular: nova orientação do ensino no sentido de uma vida espiritual livre*. Trad. Carlos Lira. Edição bilíngue. São Paulo: Hífen Editora e Círculo das Artes, 2020.

WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. Parte 1. 4.ed. Trad. Augustin Wemet. Campinas: Editora Unicamp; São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Conceitos básicos de Sociologia*. Trad. Rubens Ferreira Frias e Gerard Georges Delaunay. São Paulo: Centauro, 2002.

_____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.